

Santa Catarina perde R\$ 79 milhões com títulos

Governo estadual emitiu R\$ 552 milhões para pagar dívidas judiciais, mas papéis tiveram pouca aceitação no mercado financeiro e foram vendidos com deságio alto

RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA — O governo de Santa Catarina perdeu R\$ 79 milhões numa operação de venda de títulos de sua dívida mobiliária, realizada na segunda quinzena de outubro. O governador Paulo Afonso Vieira (PMDB) foi autorizado pelo Senado a emitir títulos no valor de R\$ 552,15 milhões para pagar precatórios (despesas decorrentes de sentenças judiciais). Os títulos foram colocados no mercado, por meio de licitação pública feita pelo Banco do Estado de Santa Catarina (Besc).

Como não houve aceitação das condições dos papéis, relacionadas com as taxas de juros e com prazo, o Besc vendeu apenas R\$ 502 milhões, ficando com R\$ 50 milhões em carteira. Na operação de venda dos papéis, recebeu R\$ 423 milhões — ou seja, aceitou um deságio de R\$ 79 milhões.

A denúncia foi apresentada pelo senador Vilson Kleinubing (PFL-SC), vice-líder do governo, aos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Kleinubing estranha a urgência do governador Paulo Afonso para vender os papéis, que o forçou a aceitar o deságio.

Comparação — Para se ter uma idéia, a arrecadação mensal de Santa Catarina é de R\$ 140 milhões. O deságio corresponde, portanto, a mais da metade da receita do Estado em um mês.

Outra questão levantada por



PREJUÍZO
EQUIVALE A
METADE DA
RECEITA DE SC

Kleinubing é que, se os papéis foram emitidos para pagar precatórios no montante de R\$ 552,15 milhões, como o governador vai obter agora o dinheiro correspondente ao deságio, que terá de usar para saldar as dívidas das sentenças judiciais. Para o vice-líder do governo, o Estado de Santa Catarina não poderá fazer nova emissão de títulos para cobrir a diferença.

O pedido de emissão dos títulos de Santa Catarina, para pagar os precatórios, teve tramitação pouco usual no Senado. Não passou, como normalmente ocor-

re, pela Comissão de Assuntos Econômicos. Por solicitação dos líderes dos partidos políticos, o pedido tramitou em regime de urgência, recebeu parecer em plenário e foi aprovado em 15 de outubro. Na época, dois senadores de Santa Catarina estavam ausentes: Esperidião Amin (PPB), de licença para ajudar na campanha da mulher, Ângela Amin, à prefeitura de Florianópolis, e Kleinubing, hospitalizado. O outro senador de Santa Catarina é Casildo Maldaner, do PMDB, mesmo partido do governador.

nha da mulher, Ângela Amin, à prefeitura de Florianópolis, e Kleinubing, hospitalizado. O outro senador de Santa Catarina é Casildo Maldaner, do PMDB, mesmo partido do governador.

Sem consulta — Kleinubing não compreende por que os líderes não procuraram um contato com os senadores ausentes, antes de aprovar o pedido de urgência. "Bastava que alguém tivesse consultado um de nós dois sobre a operação antes de aprová-la", disse Kleinubing na reunião da comissão. "Por que não deram um simples telefonema?"

O vice-líder do governo acha que os recursos não serão utilizados para pagar os precatórios vencidos e não pagos até 1988 — os únicos que podem ser quitados com a emissão de títulos públicos, como estabelece o Artigo 33 da Constituição.

Com o conhecimento de ex-governador de Santa Catarina, Kleinubing garante que o montante de todos os precatórios não pagos pelo Estado até 1988 não supera R\$ 35 milhões. O vice-líder suspeita que o governador Paulo Afonso está utilizando os recursos para pagar outras contas. "O Senado foi enganado", acusou.

CLUBE PAULISTA DE JARDINAGEM

Com os interesses voltados para a ecologia, paisagismo, cultivo de plantas ornamentais, frutíferas e hortaliças - há 24 anos foi fundado o Clube